

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50.330 - MG (2016/0060436-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : BÁRBARA DETONI DE PAIVA MOLLO
ADVOGADO : HUMBERTO LUCCHESI DE CARVALHO E OUTRO(S) - MG058317N
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por BÁRBARA DETONI DE PAIVA MOLLO, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – MANDADO DE SEGURANÇA – PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA NOMEAÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - INOCORRÊNCIA – SERVIDORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – REMOÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE, SERVIDOR FEDERAL, TRANSFERIDO PARA OUTRA CIDADE – EXISTÊNCIA DE VAGA E CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS – DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. Considerando que a expedição de atos de remoção relativamente a servidor público pode ser atribuída tanto à Presidência (artigo 28, inciso I, do RITJMG), quanto a um dos Juízes Auxiliares (artigo 3º, inciso I, da Portaria nº 3.025/1014), tal fato não implica em ilegitimidade passiva daquele, pois também detém competência para a prática do ato impugnado e, por conseguinte, poder de corrigi-lo no caso de ser constatada eventual irregularidade. A LC nº 59/2001, de fato, prevê que os servidores Poder Judiciário Estadual poderão ser removidos, de uma comarca para outra, a pedido, no entanto, tal remoção deve ocorrer de acordo com os interesses da Administração, se houver vaga na localidade para a qual pretende a remoção. Ausentes os requisitos previstos na LC nº 59/2001, não há que se falar em ilegalidade ou abusividade perpetrada pelas autoridades coatoras ao indeferir o pedido de remoção da impetrante. V.V.: O Presidente do Tribunal de Justiça não possui legitimidade para figurar no polo passivo de mandado de segurança impetrado contra ato decisório praticado por Juiz Auxiliar da Presidência, nos termos da súmula nº 510 do STF. V.V.: Deve o

Estado garantir especial proteção à família, o que implica, quando empregador, possibilitar à impetrante, funcionária pública estadual, o direito de acompanhar seu cônjuge, funcionário público federal, removido no interesse da Administração (art. 226 da Constituição da República)" (fl. 390e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em síntese, o equívoco do acórdão regional e, conseqüentemente, a ilegalidade do ato apontado como coator, na medida em que:

"DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DAS REGRAS CONSTANTES DA RESOLUÇÃO Nº 766/2014 DESTE TJMG – SITUAÇÃO ANÁLOGA – PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO – PRESERVAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR GARANTIDA CONSTITUCIONALMENTE

Em que pese a alegação de impossibilidade de aplicação da Resolução nº 766/2014 no presente caso, tal Resolução é plenamente aplicável, como será demonstrado a seguir.

Em 30.04.14, restou publicada no Diário do Judiciário Eletrônico, a Resolução nº 766, a qual dispõe acerca da lotação de servidor cônjuge ou companheiro de magistrado designado ou promovido, a qual assim dispôs em seu artigo 1º, verbis:

'RESOLUÇÃO Nº 766/2014 Dispõe sobre a lotação de servidor cônjuge ou companheiro de magistrado designado ou promovido.

O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 34 do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução nº 003 do Tribunal Pleno, de 26 de julho de 2012, CONSIDERANDO que a jurisprudência majoritária é no sentido de que o servidor público cônjuge ou companheiro de outro servidor público, deslocado para outro ponto do território nacional, tem direito de exercer atribuições compatíveis com a de seu cargo na mesma localidade de seu cônjuge ou companheiro;

CONSIDERANDO que o Órgão Especial, quando da revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, aprovou a proposta de que servidor público cônjuge ou companheiro de magistrado possa acompanhar esse magistrado, quando

designado, removido ou promovido para outra comarca;

CONSIDERANDO que, devido ao deslocamento do magistrado ocorrer em razão de remoção ou promoção, dificilmente retornará ele à comarca de origem;

CONSIDERANDO, finalmente, o que constou do Processo nº 1.0000.14.001196- 6/000 da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, bem como o que ficou decidido pelo próprio Órgão Especial em sessão realizada no dia 9 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor público efetivo do Poder Judiciário, cujo cônjuge ou companheiro seja magistrado, poderá ter sua lotação modificada, para acompanhar esse magistrado, quando for designado, removido ou promovido para outra comarca. (grifos nossos)

(...)

Belo Horizonte, 29 de abril de 2014.

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES,
Presidente'.

Cuida-se de ato normativo, onde o TJMG, na tentativa de preservar a própria unidade familiar, prevista na CR/88, possibilitou àquele servidor que é cônjuge de magistrado, o direito de ser removido para Comarca onde o respectivo marido ou esposa magistrado(a) passe a atuar.

Constata-se, pois, uma inequívoca tentativa de preservar a unidade familiar então constituída entre o servidor e o(a) magistrado(a), diante da ausência de norma específica para regulamentar a matéria.

Portanto, este Tribunal, de forma a garantir a aplicação efetiva do art. 226, da CR/88, instituiu a referida forma de remoção, ainda que provisória, em favor daquele(a) servidor(a), que é cônjuge ou companheiro(a) de magistrado(a).

Ora, a hipótese do presente caso não deve ser analisada de forma diversa.

Isso porque, da mesma forma que o magistrado(a) e o seu cônjuge, destinatários da referida Resolução, são servidores estaduais, também é a recorrente, não podendo este Tribunal favorecer determinada classe de servidores em detrimento das demais, especialmente quando se tem situações idênticas.

(...)

Cabe ressaltar que a época, a recorrente foi cedida para o Tribunal Regional do Trabalho de Poços de Caldas, razão pela qual, ela e seu

marido construíram na cidade toda a sua estrutura familiar e social, que vem sendo abalada após a recorrente ter que voltar a desempenhar suas atividades na Comarca de Silvanópolis.

Vale ainda ressaltar que uma das justificativas a embasar a edição da Resolução 766/14, foi exatamente o fato de que 'CONSIDERANDO que a jurisprudência majoritária é no sentido de que o servidor público cônjuge ou companheiro de outro servidor público, deslocado para outro ponto do território nacional, tem direito de exercer atribuições compatíveis com a de seu cargo na mesma localidade de seu cônjuge ou companheiro'.

Ora, tal entendimento não limita a possibilidade de remoção de servidor, ao fato de ser ele cônjuge ou não de magistrado.

Logo, deve ser aplicada à situação constante do presente mandamus, sob pena de presenciarmos tratamento discriminatório e flagrantemente violador ao princípio da isonomia, vez que tanto numa situação como em outra há servidores envolvidos, não havendo razoabilidade na diferenciação de tratamentos, razão pela qual deve o disposto no art. 1º, da citada Resolução ser estendido ao presente caso.

(...)

Mais uma vez ilustres julgadores, ante a ausência de norma regulamentadora no âmbito do Estado de Minas Gerais da situação posta nos autos, deverá ser procedida a APLICAÇÃO ANALÓGICA DAS REGRAS CONSTANTES DA RESOLUÇÃO Nº 766/2014 DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 226 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

(...)

Quanto a alegação de inaplicabilidade ao presente caso do disposto na Lei Federal nº 8.112/90 bem como da Resolução 766/2014, totalmente equivocado tal entendimento.

É entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que ante a ausência de legislação específica no âmbito estadual quanto a remoção para acompanhar cônjuge também servidor, que foi removido por interesse da Administração, pode ser aplicada por analogia a o art. 36 da Lei Federal 8.112/1990.

No âmbito do estado de Minas Gerais, não há na Lei de Organização e Divisão Judiciária – LC 51/2001 – nem no Estatuto dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Lei 869/1952 – previsão do direito da recorrente em ser removida para a localidade na qual se encontra, por interesse da administração pública, seu marido, também servidor

público.

Desta feita, ante a ausência de regulamentação da questão específica no âmbito do Estado de Minas Gerais, deve-se aplicar, por analogia o art. 36 da Lei Federal 8.112/1990 (...)" (fls. 422/427e).

Por fim, requer "sua admissão, conhecimento e ao final provimento para, reformando-se o Acórdão recorrido, conceder a segurança pleiteada, isso para que se faça, Justiça" (fl. 428e).

Contrarrazões não apresentadas (fl. 438e).

Em seu parecer (fls. 450/455e), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do Recurso Ordinário, nos termos da ementa a seguir:

"Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Servidora pública do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Remoção. Acompanhamento de cônjuge. Servidor público federal. Removido por interesse da Administração para cidade localizada dentro do mesmo Estado de Minas Gerais. Aplicação analógica do artigo 36, inc. III, alínea "a", da Lei Federal n. 8.112/1990. Interpretação sistêmica em consonância com o art. 226 da Carta Magna, observando o princípio da proteção à unidade familiar. Parecer pelo provimento do recurso" (fl. 450e).

A irresignação não merece conhecimento.

Conforme se depreende da petição inicial do **mandamus**, a recorrente impetrou o presente remédio constitucional contra ato comissivo do Exmo. Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais "consubstanciado nas razões de indeferimento do pedido de remoção da impetrante, ato publicado em 30/01/2015" (fl. 4e).

O Tribunal de origem denegou a segurança, sob os seguintes fundamentos:

"A controvérsia a ser apreciada pelo Órgão Colegiado consiste em saber se a impetrante tem direito líquido e certo de ser removida para a Comarca de Poços de Caldas, a fim de acompanhar seu cônjuge, servidor público federal, ocupante do cargo de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, o qual foi removido por interesse da Administração, por meio de Portaria de 09.01.2009, para a Delegacia da Receita Federal em Poços de Caldas.

De início, registro que a Lei Complementar nº 59/2001, a qual contém a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, prevê em seu art. 261 as possibilidades de remoção dos servidores ao dispor

que:

Art. 261. O servidor do foro judicial poderá obter remoção para cargo com especialidades idênticas às do que ocupa que se encontre vago em outra comarca, mediante requerimento dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça e observada a conveniência administrativa.

A LC nº 59/2001, de fato, prevê que os servidores Poder Judiciário Estadual poderão ser removidos, de uma comarca para outra, a pedido. No entanto, tal remoção deve ocorrer de acordo com os interesses da Administração, se houver vaga na localidade para a qual pretende a remoção. Não há qualquer previsão de remoção a pedido independentemente do interesse da Administração e da existência de vaga que se aplique ao caso em questão.

No caso dos autos, a DEARHU esclareceu que para a comarca de Poços de Caldas 'há previsão legal, atualmente, de 10 cargos de Oficial de Apoio Judicial B/Técnico de Apoio Judicial, e 54 cargos Oficial de Apoio Judicial D/C/A/, cujos quadros, no momentos, encontram-se completos, não havendo, portanto, vaga para remoção' (f. 06 – documento 21 e f. 07 – documento 22).

Dessa forma, verifico que o pedido da impetrante foi apreciado com observância aos requisitos previstos na LC nº 59/2001, não havendo que se falar em ilegalidade ou abusividade perpetrada pelas autoridades coatoras.

Embora a Resolução nº 766/2014, a qual dispôs sobre a lotação de servidor cônjuge ou companheiro de magistrado designado ou promovido, tenha estabelecido que o servidor público efetivo do Poder Judiciário, cujo cônjuge ou companheiro seja magistrado, poderá ter sua lotação modificada, para acompanhar o magistrado, quando for designado, removido ou promovido para outra comarca, tal disposição não se aplica ao caso em questão, uma vez que o marido da impetrante é Analista Tributário da Receita Federal e não Magistrado.
(...)

Como destacado na decisão que indeferiu a liminar requerida, havendo a existência de Lei própria, não há razão jurídica plausível para aplicação analógica da legislação destinada a disciplinar a carreira dos servidores públicos federais (Lei 8.112/90) e da resolução que dispõe sobre a lotação de servidor cônjuge ou companheiro de magistrado designado ou

promovido (Resolução nº 766/2014).

A Constituição Federal assegura aos entes federados autonomia administrativa para organizar seus serviços (art. 18), **sendo certo que os servidores públicos estaduais de Minas Gerais possuem a Lei de organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, a qual tem disposições especiais sobre os seus direitos, dentre eles, o direito de remoção, e possuem ainda o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais (Lei nº 869/52), o qual dispõe sobre os direitos, vantagens e concessões, prevendo o direito de licença à funcionária casada com funcionário estadual, federal, ou militar, sem vencimento ou remuneração, quando o marido for mandado servir, independentemente de solicitação, em outra localidade do Estado (art. 186).**

Com efeito, o art. 226 da Carta Magna estabelece que a família constitui a base da sociedade e possui especial proteção do Estado. No entanto, o mencionado dispositivo constitucional não implica na concessão de remoção sem a observância dos requisitos legais.

Cumprir destacar que, embora a impetrante tenha sido cedida ao TRT de Poços de Caldas em agosto de 2009, segundo suas próprias alegações, em 19.02.2013 o TJMG oficiou o TRT solicitando a seu imediato retorno à Comarca de Silvanópolis, de modo que a impetrante já reside em comarca diversa da que reside o seu marido há mais de dois anos e que, mesmo assim, foi preservada a unidade familiar, sendo certo que a distância de 140 quilômetros entre Poços de Caldas e Silvanópolis não impede o convívio familiar" (fls. 395/398e).

No caso, todavia, a viabilidade do Recurso Ordinário pressupõe, desde logo, a demonstração de vício na fundamentação (exposição dos fundamentos) do acórdão recorrido, não se mostrando suficiente a mera insurgência contra o comando contido no dispositivo, como no caso, a denegação da ordem.

Essa é a razão pela qual a jurisprudência desta Corte há muito firmou o entendimento de que não se deve conhecer, por irregularidade formal violadora do princípio da dialeticidade, ao Recurso Ordinário cujas razões **não combatem especificamente** dos fundamentos do acórdão recorrido.

Nesse sentido, dentre inúmeros:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO

ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC.

1. O recurso ordinário em mandado de segurança, como espécie recursal que é, reclama, para sua admissibilidade, a fiel observância do princípio da dialeticidade, impondo-se à parte recorrente o ônus de expor, com precisão e clareza, os erros - de procedimento ou de aplicação do direito - que justificam a reforma do acórdão recorrido, não bastando, para isso, a simples insatisfação com a denegação da ordem.

2. Nas hipóteses em que as razões do recurso não infirmam especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, nos capítulos em que é impugnado, é dever, e não faculdade do Relator, não conhecer do recurso. Inteligência dos art. 932, III, do CPC e 34, XVIII, "a", do RISTJ.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no RMS 41.710/BA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/03/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. NÃO OBSERVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. IRREGULARIDADE FORMAL QUE IMPEDE O SEGUIMENTO DO RECURSO.

1. O argumento do aresto recorrido, no sentido de que houve decadência do direito de impugnar a regra do edital, não foi impugnado.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que padece de irregularidade formal o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança em que o recorrente descumpre seu ônus de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, deixando de atender ao princípio da dialeticidade.

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no RMS 44.887/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/11/2015).

Tanto que o Código de Processo Civil vigente expressamente impede o conhecimento do recurso cujas razões não cuidam de impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido. Confira-se:

'Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;'

Em igual sentido, as seguintes decisões monocráticas proferidas em casos idênticos ao presente: STJ, RMS 55623/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe de 21/06/2018; RMS 57.436/BA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 21/06/2018; RMS 56.907/BA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 09/04/2018; RMS 56.552/BA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 21/03/2018.

Com efeito, do exame das razões recursais de fls. 418/428e, observa-se que **a parte ora recorrente furtou-se de impugnar específica e suficientemente todos fundamentos em que se pautou o acórdão recorrido**, especialmente: **a)** ausência de um dos requisitos necessários à obtenção do direito vindicado, conforme previsão do art. 261 da LC Estadual 59/2001, em razão da ausência de vaga para remoção na comarca de Poços de Caldas/MG; **b)** "havendo a existência de Lei própria, não há razão jurídica plausível para aplicação analógica da legislação destinada a disciplinar a carreira dos servidores públicos federais (Lei 8.112/90)" (fl. 397); e **c)** "Com efeito, o art. 226 da Carta Magna estabelece que a família constitui a base da sociedade e possui especial proteção do Estado. No entanto, o mencionado dispositivo constitucional não implica na concessão de remoção sem a observância dos requisitos legais" (fl. 398).

Nesse diapasão, aplica-se à espécie o entendimento segundo o qual "**Súmula 283/STF** prestigia o princípio da dialeticidade, por isso não se limita ao recurso extraordinário, também incidindo, por analogia, no recurso ordinário, quando o interessado não impugna, especificamente, fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido" (STJ, AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

Ainda, no mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. ALEGADA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO QUANTO AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL E VPNI. SEGURANÇA DENEGADA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, EM FACE DA AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO ALEGADO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. **AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.**"

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF, POR ANALOGIA. INOVAÇÃO, EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Trata-se de Agravo interno, interposto contra decisão monocrática publicada em 26/04/2016, que, por sua vez, decidira recurso interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na forma da jurisprudência desta Corte, 'a Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários' (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

III. Caso concreto em que, nada obstante o Tribunal de origem houvesse denegado a segurança, ao fundamento de inexistência de comprovação do direito líquido e certo alegado - uma vez que os documentos colacionados aos autos evidenciariam que a parte impetrante percebe remuneração superior ao cargo paradigma, inexistindo, portanto, defasagem remuneratória -, nas razões do Recurso Ordinário a parte agravante limitou-se a tecer considerações genéricas acerca da legislação aplicável à espécie. Incidência da Súmula 283/STF, por analogia.

(...)

V. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no RMS 46.775/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/10/2016).

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. OUTORGA DE DELEGAÇÕES NOTORIAIS. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 283 E 284 DO STF. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA NÃO CUMPRIDA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Cuida-se, na origem, de Mandando de Segurança impetrado contra ato do Presidente da Comissão de Concurso para Outorga de Delegações Notariais e Registrais no Estado do Paraná objetivando o afastamento da exclusão do ora recorrente do referido certame, garantindo a sua participação nas demais fases do concurso.

2. A Corte de origem denegou a segurança por entender que 'já logram superadas as demais etapas classificatórias do Concurso, com a realização inclusive da prova oral, de modo que o eventual acolhimento do presente pleito não traria nenhum proveito ao Impetrante.' (fl. 183, e-STJ).

3. Contudo, esse argumento não foi atacado pela parte recorrente e, como é apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

(...)

6. Recurso Ordinário não provido" (STJ, RMS 51.337/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/10/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

2. Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF, por analogia: 'Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal' (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015.

Recurso ordinário não conhecido" (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, do RISTJ, **não conheço** do presente Recurso Ordinário.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora